

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 86/2025/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.003539/2025-64

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

| | |
|----------------------------------|--|
| Unidade: | Superintendência Executiva |
| Nome do Projeto: | Clube de Benefícios |
| Fonte de Recursos: | 6.2.2.1.1.01.04.04.022 - Serviços Técnicos Especializados. |
| Responsável pela Demanda: | Gabriela Sanches |
| E-mail: | superex@crars.org.br |
| Ramal | 4766 |

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1. Contratação de empresa especializada em gestão e intermediação para Clube de Benefícios por meio de plataforma informatizada, que permita às pessoas jurídicas oferecerem bens e serviços com descontos exclusivos, para profissionais registrados no CRA-RS e funcionários do CRA-RS com suporte para até aproximadamente 15 mil usuários pelo período de 12 (doze) meses.

3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

| | Superintendente Executiva | Vice-Presidente da Área |
|----------------|----------------------------------|--------------------------------|
| Nome: | Gabriela Gonçalves Sanches | Júlio César Lopes Abrantes |
| E-mail: | superex@crars.org.br | jcabrantess1962@gmail.com |
| CPF: | 004.309.010-97 | 752.504.467-87 |

4. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM BASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- 4.1. A contratação está alinhada a perspectiva estratégica: Clientes
- 4.2. Objetivo: Incentivar de desenvolver projetos inovadores voltados aos profissionais de Administração.
- 4.3. Estratégia: Promover a integração com as Instituições de Ensino Superior (IES) e empresas.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. O clube de benefícios do CRA-RS visa conceder aos profissionais de administração e aos empregados benefícios, descontos e/ou vantagens em material/produtos e serviços, oferecidos pelas empresas credenciadas dos mais diversos segmentos. O Clube de Benefícios proporcionará a facilidade ao acesso à serviços e produtos dos credenciados, que contribuirão para o seu bem estar, bem como servirão como meio de impulsionador a diminuir a inadimplência, considerando que para tem o benefício os profissionais precisam se manter o registro adimplentes, uma vez que esta condição é imprescindível para acesso aos benefícios.

5.2. A presente contratação atende a todos os requisitos exigidos no art. 48, da Lei 14.133/2021, o qual trata da execução por terceiros de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares

aos assuntos que constituam área de competência legal desta autarquia.

6. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

6.1. Com a presente contratação, pretende-se:

- Valorização dos profissionais registrados;
- Aumento do engajamento com o CRA-RS;
- Ampliação da visibilidade do CRA-RS;
- Disponibilização de benefícios ampliados e contínuos;
- Inovação e modernização dos serviços oferecidos;
- Baixo custo operacional para o CRA-RS;
- Suporte técnico especializado;
- Melhoria na comunicação institucional;
- Participação ativa em eventos e ações do CRA-RS.

7. FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8. PRAZO PRETENDIDO PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Fevereiro de 2026.

9. ENCAMINHAMENTOS

9.1. Em conformidade com [Decreto 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022, emitida pela Presidência da República, encaminha-se o presente Documento de Formalização de Demanda (DFD) à Área de Licitações e Contratos.

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
CRA-RS nº 30370
Superintendente Executiva do CRA-RS

Adm. Jéssica Souza Gazzana e Silva
CRA-RS nº 56.419
Assessora Técnica Superintendência Executiva CRA-RS



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Souza Gazzana e Silva**, Assessor(a) Técnico(a), em 22/01/2026, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches**, Superintendente Executivo(a), em 23/03/2026, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3640358** e o código CRC **56D99550**.



PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

Conselho Regional de Administração do RS (UASG)
389150

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e intermediação de Clube de Benefícios, mediante disponibilização de plataforma tecnológica no modelo Software como Serviço (SaaS), acessível via web e aplicativo móvel, destinada à oferta de descontos, vantagens e benefícios em bens e serviços para profissionais registrados e empregados do CRA-RS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 52.406,63 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL DA PUBLICAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CERTAME

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

| | | |
|-----|---|----|
| 1. | DO OBJETO | 3 |
| 2. | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 3. | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 4. | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 6 |
| 5. | DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 7 |
| 6. | DA FASE DE JULGAMENTO | 9 |
| 7. | DA FASE DE HABILITAÇÃO | 11 |
| 8. | DO TERMO DE CONTRATO | 12 |
| 9. | DOS RECURSOS..... | 13 |
| 10. | DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 16 |
| 11. | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..... | 16 |
| 12. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 16 |

EDITAL**Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

Processo Administrativo SEI nº 476910.003539/2025-64

Torna-se público que o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Marcílio Dias, 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR VALOR, modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e intermediação de Clube de Benefícios, mediante disponibilização de plataforma tecnológica no modelo Software como Serviço (SaaS), acessível via web e aplicativo móvel, destinada à oferta de descontos, vantagens e benefícios em bens e serviços para profissionais registrados e empregados do CRA-RS., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme especificações, quantidades e exigências, contidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Em caso de discordância, entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico do Comprasgov (www.gov.br/compras) e as especificações do objeto descrito no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor total considerando (12 meses) de vigência e unitário mensal.

4.1.2. quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade prevista no Termo de Referência.

4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.21.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.21.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.21.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.24.2. empresas brasileiras;

5.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta.

5.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.28.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.1.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2.1 As exigências de habilitação estão previstas nos itens [9.2 a 9.26](#) do Termo de Referência.

7.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados via campo próprio do sistema Compras.gov.br.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

7.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crars.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. fraudar a licitação;
- 10.1.6. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.7 e 10.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do sul, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.7 e 10.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.2.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@crars.org.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme §2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73/2022.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRA-RS: www.crars.org.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

APROVAÇÃO:

Aprovo o edital e determino que seja realizada a sua publicação.

Porto Alegre, assinado digitalmente.

Adm. Flávio Cardozo de Abreu

Presidente do CRA-RS

CRA-RS 20.904

Superintendência Executiva
Rua Marcílio Dias 1030 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS - CEP 90130-000
Telefone: (51) 3014-4701 - www.crars.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.003539/2025-64

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto nos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º da Lei 14.133/2021; art. 14 do Decreto nº 10.024/19.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e intermediação de Clube de Benefícios, mediante disponibilização de plataforma tecnológica no modelo Software como Serviço (SaaS), acessível via web e aplicativo móvel, destinada à oferta de descontos, vantagens e benefícios em bens e serviços para profissionais registrados e empregados do CRA-RS.

1.1.1. A solução deverá permitir a integração de empresas parceiras para disponibilização de benefícios, bem como possibilitar a gestão administrativa, monitoramento e acompanhamento dos resultados pelo CRA-RS.

1.1.2. A plataforma deverá suportar até 15.000 (quinze mil) usuários, conforme estimativa da Administração para fins de dimensionamento da solução durante a vigência contratual, não implicando garantia mínima de utilização.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER (CATÁLOGO DE SERVIÇO) | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR MENSAL | VALOR TOTAL ANUAL |
|------|---|---------------------------------------|-------------------------|------------|-----------------|-------------------------|
| 1 | Prestação de serviços de disponibilização, gestão e intermediação de Clube de Benefícios por meio de plataforma tecnológica em modelo SaaS. | 26077 | Mês | 12 | R\$4.367,22 | R\$52.406,63 |

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência e são usualmente ofertados no mercado por diversos fornecedores.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando tratar-se de serviço contínuo de natureza tecnológica (SaaS) cuja interrupção pode comprometer a continuidade da prestação dos benefícios aos usuários e a manutenção da base de dados e integrações da plataforma.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026. Com a contratação, espera-se o fortalecimento da imagem institucional frente aos profissionais promovendo uma imagem de modernidade, ampliando a satisfação das partes interessadas, buscando a valorização da profissão, contribuindo na ampliação de receita a partir da redução de inadimplência e na ampliação do registro de novos profissionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. O ciclo de vida da solução compreende as seguintes etapas:
- 3.3. I – implantação e customização da plataforma;
- 3.4. II – disponibilização e operação do serviço aos usuários;
- 3.5. III – manutenção evolutiva e suporte técnico durante a vigência contratual;
- 3.6. IV – transição e encerramento do contrato com tratamento adequado dos dados armazenados.
- 3.7. O detalhamento técnico da solução, bem como das funcionalidades esperadas da plataforma, encontra-se especificado nos itens de requisitos da contratação deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratada deverá disponibilizar solução tecnológica para gestão e intermediação de Clube de Benefícios, permitindo a conexão entre empresas parceiras e usuários habilitados pelo CRA-RS, por meio de plataforma web e aplicativo móvel, possibilitando o acesso a descontos, vantagens e benefícios em produtos e serviços, podendo ser personalizada de acordo com os interesses do Conselho.
- 4.2. A plataforma deverá atender até 15.000 (quinze mil) usuários pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado.
- 4.3. A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo, o fornecimento e a disponibilização dos seguintes recursos e funcionalidades:
- I – Plataforma web para acesso e gestão do Clube de Benefícios;
 - II – Aplicativo para dispositivos móveis, compatível com os principais sistemas operacionais do mercado;
 - III – API de integração, possibilitando a comunicação com sistemas externos e eventuais integrações institucionais;
 - IV – Mecanismos de controle de acesso e integração de banco de dados, garantindo gestão adequada dos usuários e das informações da plataforma;
 - V – Rede de estabelecimentos e empresas parceiras, responsáveis pela oferta de benefícios, descontos ou condições especiais aos usuários;
 - VI – Funcionalidade de vantagens e benefícios, incluindo descontos em produtos e serviços;
 - VII – Sistema de cashback, quando aplicável, permitindo retorno de parte do valor gasto em compras realizadas junto aos parceiros;
 - VIII – Disponibilização de gift cards, quando aplicável, para aquisição de produtos ou serviços em empresas conveniadas;
 - IX – Cadastro e gestão de parceiros próprios, permitindo a inclusão, atualização e gerenciamento das empresas participantes da rede de benefícios;
 - X – Disponibilização de empresa especializada em serviços de telemedicina, bem como

oferta de descontos para adesão a planos de saúde com cobertura no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Porto Alegre;

XI – Realização de campanhas de marketing e eventos promocionais, destinados à divulgação e incentivo à utilização da plataforma pelos usuários;

XII – Envio de notificações aos usuários, por meio de mensagens push no aplicativo e comunicações por e-mail;

XIII – Disponibilização de gerente de conta, responsável pelo acompanhamento da execução contratual e relacionamento com o CRA-RS;

XIV – Disponibilização de dashboards e relatórios gerenciais mensais, contendo indicadores de utilização da plataforma e desempenho da rede de benefícios;

XV – Serviço de suporte técnico, disponibilizado por meio de canais como e-mail, telefone, WhatsApp ou equivalente;

XVI – Adoção de medidas de segurança da informação e proteção de dados, incluindo hospedagem em ambiente de nuvem e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

4.4. A plataforma de Clube de Benefícios deverá disponibilizar rede ampla de estabelecimentos, empresas ou parceiros comerciais, contemplando no mínimo 3.000 (três mil) parceiros, que ofereçam descontos, vantagens ou cashback aos usuários.

4.4.1. A comprovação do atendimento a esse requisito será exigida apenas do fornecedor classificado em primeiro lugar, mediante apresentação de relação das marcas cadastradas, contendo, no mínimo, nome empresarial, CNPJ e endereço, previamente à adjudicação ou à assinatura do contrato.

Especificações Técnicas do Objeto

4.5. Disponibilizar uma plataforma mobile e/ou web para o clube de benefícios do CRA-RS, devendo ser personalizada de acordo com os interesses do Conselho.

4.6. Customizar um layout, contendo a logomarca e as paletas de cores do CRA-RS nos botões de destaques de descontos.

4.7. Disponibilização de plataforma com integração aos aplicativos, plataformas e demais ambientes proprietários do CRA-RS.

4.8. Possuir compatibilidade com os principais navegadores/sistemas operacionais atualmente utilizados no mercado: Mozilla Firefox, Safari, Google Chrome, Microsoft Edge, iOS e Android).

4.9. Possibilitar o acesso por meio de dispositivos móveis (tablet, smartphone).

4.10. Disponibilizar Aplicativo White Label, com Banners, categorias e menu personalizados, Busca por geolocalização e Autonomia no envio de notificação push.

4.11. Sistema de navegação inclusivo, que possua ferramentas específicas para idosos e deficientes.

4.12. Canais de atendimento aos usuários: chat online, e-mail e atendimento por WhatsApp em horário comercial.

4.13. Estar adequada à Lei Geral de Proteção de Dados e encaminhar informações do seu encarregado da LGPD;

4.14. Acesso web por meio de requisição segura HTTPs.

4.15. Possuir PSI - Política de Segurança da Informação, Plano de Respostas à Incidentes, Plano de Continuidade de Negócio.

4.16. Disponibilizar mecanismos de distribuição e otimização de conteúdo compatíveis com boas práticas de desempenho.

4.17. Possuir disponibilidade 24 horas por dia e 7 dias por semana.

- 4.18. Ser responsável pela intermediação de negócios, assim entendido como aproximação de empresas conveniadas/parceiras com os profissionais aptos para recebê-las por meio de validação própria designada pelo CRA-RS.
- 4.19. Manter marcas cadastradas que ofereçam desconto e/ou cashback.
- 4.20. Prospecção de Parceiros Locais.
- 4.21. Manter, durante toda a vigência contratual, rede mínima de 3.000 (três mil) estabelecimentos, empresas ou parceiros comerciais cadastrados na plataforma, que ofereçam descontos, vantagens ou cashback aos usuários.
- 4.22. Operacionalizar o oferecimento de descontos e vantagens pelas pessoas jurídicas cadastradas e aprovadas pelo Conselho, sendo possível a inclusão de marcas e/ou promoções e exclusão de marcas e/ou promoções que não interessam ao Conselho.
- 4.23. Ofertar produtos e/ou serviços aos usuários advindos do Conselho que estarão sujeitos à eventual conferência, confirmação e/ou revisão por parte do CRA-RS.
- 4.24. O CRA-RS permitirá o acesso de pessoas à plataforma da contratada e suas funcionalidades exclusivamente pelas aplicações do Conselho e somente após a ciência do próprio usuário que se interessar em acessá-la.
- 4.25. Providenciar e ser responsável por todas as integrações necessárias para o acesso à sua plataforma a partir das aplicações do CRA-RS.
- 4.26. Ferramenta que permitirá aos usuários acompanharem todos os lançamentos/status dos cashbacks e solicitar o resgate de créditos por meio de chave PIX, transferência ou outro modo de retorno associado ao CPF, ou por outro meio de devolução financeira equivalente, disponibilizado pela plataforma ou definido pela contratada, desde que assegurada a identificação do beneficiário e a rastreabilidade da operação. Alternativamente, a solução poderá prever a utilização dos créditos de cashback diretamente na própria plataforma, mediante abatimento em compras, serviços ou benefícios disponibilizados, ou outra forma de utilização dos créditos previamente informada aos usuários.
- 4.27. Implementar ferramenta de wallet digital destinada exclusivamente ao registro e gerenciamento de créditos oriundos de programas de cashback, permitindo ao usuário solicitar o resgate dos valores por meio de transferência eletrônica ou outro meio disponibilizado pela plataforma.
- 4.28. Disponibilizar um painel de dados precisos sobre consumo e comportamento de cada usuário que se vinculou ao Clube.
- 4.29. Disponibilizar um painel administrativo para gestão de acessos e performance do Clube de Benefícios, segmentado por categorias e regiões.
- 4.30. Garantir o apoio de um profissional para realizar toda a interface nas áreas designadas pelo CRA-RS, realizando reuniões iniciais de apresentação e treinamento para os funcionários designados pelo Conselho, recepção de demandas de ajuste e melhoria do projeto, sempre com o objetivo de aumentar a adesão e a satisfação dos usuários.
- 4.31. Alinhar possíveis ações promocionais, peças publicitárias personalizadas e planos de ação com a área de Comunicação do CRA-RS.
- 4.32. Em contraprestação ao acesso dos usuários aptos à plataforma de Benefícios, personalizada ou não, será devido o pagamento de acordo com o número limite de usuários cadastrados na plataforma, neste caso, estimado pelo CRA-RS em até 15.000 (quinze mil) usuários por mês.
- 4.33. Respeitar e fazer respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018; não podendo ter acesso a qualquer informação que não seja consentida pelo usuário.
- 4.34. Para reforçar informações acerca do uso de dados que a contratada utiliza, o acesso à plataforma de descontos e vantagens deve exigir o aceite do Termo de Condições de Uso de Dados e da Política de Privacidade e Proteção de Dados, ambos disponíveis para acesso a qualquer momento em que o usuário entender necessário consultá-la dentro da plataforma.
- 4.35. A contratação poderá envolver o acesso ou armazenamento, pela contratada, de informações dos usuários habilitados a utilizar o Clube de Benefícios, com a finalidade de viabilizar a

operacionalização dos descontos e benefícios. Assim, caberá à contratada obter previamente a autorização dos usuários antes de realizar o cadastro destes na plataforma.

4.36. Todos os dados dos usuários relacionados ao objeto da contratação serão armazenados nos servidores da contratada e deverão ser protegidos de acordo com as políticas de segurança da informação mais atualizadas, de modo a garantir, de forma razoável e eficaz, a proteção e a integridade de todas as informações sob sua responsabilidade, inclusive dados pessoais. A observância aos procedimentos de análise de riscos e gestão de incidentes deverá seguir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a qual determina, entre outras obrigações, a comunicação à autoridade nacional e aos titulares afetados em caso de incidentes, como vazamentos. Dessa forma, caberá à contratada executar integralmente o processo de resposta a incidentes de segurança da informação.

4.37. Participar de eventos promovidos pelo CRA-RS, utilizando recursos próprios, com o objetivo de disseminar os produtos e serviços que serão oferecidos aos profissionais registrados no CRA-RS, conforme previsto nesta contratação, desde que haja prévio alinhamento e concordância entre as partes envolvidas.

4.38. Apresentar relatórios e/ou dashboards web com a quantidade de profissionais registrados que aderiram ao Clube, quantidade de cashback e demais indicadores pertinentes ao projeto em questão.

4.39. Desenvolver relatórios que não sejam contemplados no dashboard web e que sejam estratégicos para o CRA-RS.

4.40. A contratada deverá garantir que ao término do período contratado o usuário realize procedimento para o resgate dos créditos não utilizados, com antecedência de, no mínimo, 30 dias antes do encerramento dos serviços.

4.41. O desconto incidirá sobre o pagamento a ser realizado diretamente pelo profissional ou pelo empregado do CRA-RS, no ato da aquisição dos bens ou contratação dos serviços.

Confidencialidade, Tratamento e Proteção dos Dados

4.42. Em Cumprimento a Lei Geral De Proteção de Dados – LGPD, o CRA-RS não repassará à empresa contratada, em hipótese alguma, endereços, e-mails ou qualquer outra informação pessoal relacionada aos profissionais registrados e empregados.

4.43. Nas hipóteses em que o consentimento for requerido, se houver mudança da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade. Nesse momento, o titular poderá optar por renovar o consentimento ou revoga-lo.

4.44. Os usuários terão seus direitos resguardados na forma do art. 9º e 18º da LGPD, ficando garantido o direito ao acesso facilitado das informações sobre tratamento de seus dados a qualquer momento e mediante requisição.

4.45. A contratada compromete-se a não usar os dados de terceiros disponibilizados pelo CRA-RS ou Associados, para uso próprio, de forma alheia ao objeto do contrato, assim, deverá utilizar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades previstas no objeto do contrato, nos termos das orientações repassadas pelo CRA-RS.

4.46. A contratada deverá cooperar com o CRA-RS sempre que seja necessário viabilizar o exercício dos direitos de titulares previstos na legislação sobre proteção de dados pessoais.

4.47. A contratada deverá comunicar o CRA-RS sobre qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais - potencial ou efetivo - relacionado aos titulares ou ao próprio CRA-RS, imediatamente após sua identificação e em até 24 (vinte e quatro) horas. Deverá, ainda, prestar todas as informações necessárias e adotar as medidas cabíveis para solucionar o incidente e mitigar eventuais prejuízos ao CRA/RS e/ou aos titulares dos dados.

4.48. As partes deverão descartar os Dados Pessoais após o término do tratamento, salvo se houver qualquer base legal que justifique a sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados ou necessidade de preservação de seus direitos.

Sustentabilidade

4.49. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: a contratada deverá assegurar o atendimento à legislação e demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços e seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção dos materiais e equipamentos, deve ser dada preferência à aquisição de produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

Subcontratação

4.50. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.51. Nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é facultativa e deve ser devidamente justificada. Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço de natureza predominantemente digital, sem fornecimento de bens, sem investimentos relevantes por parte da Administração e com baixo risco operacional e financeiro, entende-se desnecessária a exigência de garantia contratual. Assim, opta-se pela não exigência de garantia, por medida de proporcionalidade e adequação ao objeto.

Vistoria

4.52. Considerando que o objeto envolve serviço de natureza predominantemente digital, sem execução presencial ou intervenção em instalações do CRA-RS, não se justifica a exigência de vistoria prévia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Início da execução do objeto: a execução contratual terá início em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, mediante realização de reunião inicial de alinhamento entre as partes.

5.2. A empresa contratada deverá apresentar ao CRA-RS lista com o nome e contato dos responsáveis para acionamento em caso de problemas ocasionados por falhas técnicas, segurança e dúvidas operacionais.

5.3. Qualquer manutenção e/ou intervenção nos serviços que impliquem em sua inoperância ou alteração nas suas características, deverá ser previamente informado ao CRA-RS, ou imediatamente, quando em caso de emergência.

5.4. Ao final de cada mês, a contratada deverá entregar relatório com a apuração dos resultados do mês.

5.5. O CRA-RS não será responsável por qualquer pagamento nem por eventual inadimplência dos seus registrados. Em caso de não pagamento pelos beneficiários, caberá exclusivamente à contratada adotar os meios legais disponíveis para a recuperação do crédito, tratando a inadimplência de forma individualizada e sem gerar qualquer ônus ao CRA-RS.

5.6. A utilização do programa é gratuita, ou seja, o usuário não terá qualquer custo extra para participar. Ao acessar e utilizar os benefícios junto às empresas cadastradas estarão concordando expressamente com as disposições estabelecidas.

5.7. Não haverá cobrança de taxa de adesão ao cadastramento, tampouco desconto em folha de pagamento, ou qualquer outro tipo de ônus financeiro para uso e fruição dos benefícios, descontos e/ou vantagens pelos beneficiários.

5.8. Para efetivar o cadastramento do usuário e permitir o acesso aos descontos, deverá ser exigida a apresentação da carteira de identificação profissional, da Certidão de Quitação de Débitos, do cartão de identificação funcional ou, no caso de empregados do CRA-RS, da Carteira de Trabalho, a fim de comprovar os requisitos necessários para ingresso no Clube de Vantagens.

5.9. A contratada deverá disponibilizar ao CRA-RS, de forma periódica, os usuários com acesso à Plataforma do Clube de Vantagens, de forma atualizada.

5.10. A Plataforma deverá informar ao registrado, no momento do cadastramento, que o acesso

ao Clube de Vantagens está condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo CRA-RS, tais como regularidade cadastral e adimplência, bem como de outros critérios que venham a ser definidos e formalizados posteriormente entre as partes.

5.10.1. A forma, os meios e os fluxos para integração, compartilhamento e validação dessas informações serão definidos em comum acordo entre o CRA-RS e a contratada, observando-se rigorosamente a legislação vigente sobre proteção de dados, a segurança da informação e a não violação da transferência de dados institucionais, de modo a garantir a integridade e a confidencialidade das informações do CRA-RS.

5.11. A proposta deve apresentar claramente o benefício oferecido e suas regras de acesso, demonstrando a vantajosidade em relação ao preço/condições dos bens/serviços ofertados pela proponente ao público em geral, sob pena de ser rejeitada.

5.12. Serão passíveis de cadastramento na plataforma as empresas que ofertarem produtos e serviços que visem o bem-estar, a melhoria na qualidade de vida, a saúde, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional e pessoal dos beneficiários, e que estes não afrontem princípios, resoluções, orientações e diretrizes estabelecidas por este Conselho Regional de Administração.

Local e horário da prestação dos serviços

5.13. Os serviços serão prestados de forma on-line na plataforma contratada.

Rotinas a serem cumpridas

5.14. Reunião inicial a ser realizada após a assinatura do contrato, para apresentação formal do objeto contratado, alinhamento de expectativas, definição dos responsáveis técnicos (prepostos) e validação do plano de trabalho e cronograma de execução;

5.15. Levantamento de requisitos e diagnóstico, contemplando o mapeamento das necessidades do CRA-RS, definição de perfis de usuários, regras de acesso, critérios de elegibilidade, integrações necessárias, identidade visual e funcionalidades prioritárias da plataforma;

5.16. Definição conjunta das estratégias operacionais e de engajamento, incluindo estratégias de comunicação, campanhas de lançamento, ações promocionais, prospecção de parceiros locais e metas de adesão dos usuários;

5.17. Customização e configuração da plataforma, com adequação do layout, identidade visual do CRA-RS, parametrização de regras de acesso, integração com sistemas existentes e ajustes conforme os requisitos definidos;

5.18. Implantação técnica da plataforma, compreendendo testes de funcionamento, validação das integrações, testes de segurança, acessibilidade e conformidade com a LGPD, bem como homologação pelo CRA-RS;

5.19. Treinamento dos funcionários designados pelo CRA-RS, a ser realizado pela contratada, abrangendo o uso da plataforma, painéis administrativos, gestão de usuários, acompanhamento de indicadores, atendimento a dúvidas e fluxo de comunicação com a contratada;

5.20. Disponibilização da plataforma em ambiente produtivo, com liberação controlada de acesso aos usuários aptos, conforme critérios estabelecidos pelo CRA-RS;

5.21. Para fins desta contratação, consideram-se usuários aptos:

I – profissionais registrados no CRA-RS que se encontrem em situação regular e adimplente junto ao Conselho;

II – empregados do CRA-RS devidamente cadastrados pela Administração;

III – outros usuários que venham a ser autorizados pelo CRA-RS durante a vigência contratual.

5.22. Acompanhamento assistido no período inicial de operação, com suporte intensivo da contratada para resolução de eventuais ajustes, correções e melhorias identificadas após o início do uso;

5.23. Envio mensal da listagem de usuários cadastrados, incluindo novos cadastros e usuários já integrados, para conferência e aprovação do CRA-RS, nos prazos definidos neste Termo de Referência;

5.24. Reuniões mensais de acompanhamento e apresentação de resultados, com apresentação de relatórios, dashboards, indicadores de desempenho, adesão, utilização dos benefícios, cashback, parceiros ativos e sugestões de melhorias contínuas;

5.25. Ajustes evolutivos e melhorias contínuas, mediante demandas do CRA-RS, visando o aprimoramento da experiência do usuário, aumento da adesão e otimização dos resultados do Clube de Benefícios;

5.26. Relatórios gerenciais e estratégicos, mensais ou sob demanda, conforme previsto no Termo de Referência, incluindo análises não contempladas automaticamente nos dashboards;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.27. A plataforma deverá atender a todos os registrados adimplentes do CRA-RS e funcionários que desejarem aderir e estiverem aptos, sendo estimado uma quantidade de até 15.000 (quinze mil) usuários.

Especificações da garantia do serviço

5.28. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.29. A prestação dos serviços deverá observar níveis mínimos de disponibilidade e desempenho da plataforma, garantindo funcionamento contínuo e suporte técnico adequado durante a vigência contratual, conforme especificações previstas neste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.30. A contratada deverá garantir que ao término do período contratado o usuário realize procedimento para o resgate dos créditos não utilizados, com antecedência de, no mínimo, 30 dias antes do encerramento dos serviços.

5.31. A contratada deverá descartar os Dados Pessoais após o término do tratamento, salvo se houver qualquer base legal que justifique a sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados ou necessidade de preservação de seus direitos.

5.32. Ao término do contrato, a contratada deverá disponibilizar ao CRA-RS, sem custos adicionais, a exportação de todos os dados, relatórios gerenciais, relatórios estratégicos e indicadores disponibilizados nos dashboards da plataforma durante a execução contratual, em formato estruturado e interoperável, garantindo a continuidade das atividades administrativas do Conselho.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.7. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto

contratado.

6.8. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. A contratada deverá responder às solicitações da Administração no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, salvo quando estabelecido prazo diverso em razão da complexidade da demanda;

6.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, arts. 22, IV e 23, IV);

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.17. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.20. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

6.21. A Administração poderá acompanhar o desempenho da solução mediante indicadores de disponibilidade da plataforma, tempo de resposta do suporte técnico e qualidade dos serviços prestados, conforme informações apresentadas nos relatórios gerenciais e dashboards disponibilizados pela contratada.

6.22. Considera-se ocorrência relevante para fins de acompanhamento contratual a indisponibilidade injustificada da plataforma ou a interrupção recorrente do serviço, quando tais eventos comprometerem o acesso dos usuários ao Clube de Benefícios, situação que deverá ser registrada pela fiscalização para fins de adoção das providências contratuais cabíveis.

Gestor do Contrato

6.23. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e

fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.24. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Critérios de Medição e Pagamento

7.1. Em contraprestação, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE 12 (doze) parcelas mensais correspondentes ao valor global do contrato.

7.2. A avaliação da execução do objeto será realizada através da conferência dos serviços recebidos, os quais deverão refletir com exatidão as características constantes no processo licitatório e proposta da contratada.

7.2.1. A unidade de medição da execução contratual será a disponibilização mensal da plataforma de Clube de Benefícios em pleno funcionamento, incluindo manutenção, suporte técnico e demais funcionalidades previstas neste Termo de Referência.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1. não produzir os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, mediante o respectivo termo de ateste emitido pelo fiscal do contrato.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

Prazo de pagamento

7.6. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e após o ateste do Fiscal de Contrato correrá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para fins de emissão da nota de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.9. Para fins de liquidação, o Fiscal de Contrato deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data de emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.12.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

7.12.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. O pagamento somente será realizado após o atesto da execução dos serviços pelo fiscal do

contrato, mediante verificação da conformidade da prestação dos serviços com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.23. A liberação do pagamento estará condicionada à verificação da regular disponibilidade da plataforma e da prestação adequada dos serviços durante o período de referência.

7.24. **Reajuste e Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

7.25. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irredutíveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do contrato.

7.26. Após esse período, os preços poderão ser reajustados, conforme condições estabelecidas no Termo de Contrato.

7.27. Nos termos da legislação aplicável, poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições inicialmente pactuadas, mediante solicitação devidamente justificada da contratada e análise da Administração.

Cessão de crédito

7.28. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de implantação ou disponibilização da plataforma, limitada a 10% do valor mensal do contrato.

8.2.5. Multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso injustificado no saneamento de falhas ou indisponibilidades da plataforma apontadas pela fiscalização, limitada a 10% do valor mensal do contrato

8.2.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, em caso de rescisão contratual por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.3. as peculiaridades do caso concreto;

8.10.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.5. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O critério de julgamento das propostas será o menor preço, considerando o valor global da contratação.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica

9.23. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.23.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.24. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.26. A plataforma de Clube de Benefícios deverá contemplar rede mínima de 3.000 (três mil) estabelecimentos, empresas ou parceiros comerciais, que ofereçam descontos, vantagens ou cashback aos usuários.

9.26.1. A comprovação do atendimento ao quantitativo mínimo de parceiros será exigida apenas do licitante classificado em primeiro lugar, previamente à assinatura do contrato, mediante apresentação de relação ou relatório extraído da plataforma que demonstre o atendimento ao requisito.

9.27. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.28. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. A contratação compreende a disponibilização de 1 (uma) plataforma digital de Clube de Benefícios, a ser utilizada pelos usuários vinculados ao CRA-RS durante toda a vigência contratual.

10.2. A plataforma deverá suportar o acesso simultâneo dos usuários vinculados ao CRA-RS, sem limitação de utilização dentro da capacidade contratada.

10.3. A proposta de preços deverá ser apresentada contendo o valor mensal do serviço e o valor global da contratação, correspondente ao período total de vigência do contrato.

10.3.1. O valor global será obtido pela multiplicação do valor mensal proposto pelo número de meses de vigência do contrato.

10.3.2. Nos valores apresentados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo implantação da plataforma, disponibilização do sistema, manutenção, suporte técnico, encargos trabalhistas, tributos e demais despesas relacionadas à execução contratual.

10.3.3. A proposta deverá contemplar a disponibilização integral da plataforma, não sendo admitida cobrança adicional aos usuários vinculados ao CRA-RS para acesso às funcionalidades básicas do sistema.

10.4. As propostas de preços deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

10.4.1. Nome, número do CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, telefone e e-mail da empresa proponente.

10.4.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega e abertura do certame;

10.4.3. Dados bancários da empresa, com o número de conta corrente e agência.

10.4.4. A proposta de preços deverá ser apresentada contendo obrigatoriamente o valor mensal do serviço e o valor global da contratação, correspondente ao período total de vigência do contrato.

10.4.4.1. O valor global da proposta será obtido pela multiplicação do valor mensal ofertado pelo número de meses de vigência do contrato.

10.4.4.2. Para fins de julgamento das propostas será considerado o menor valor global da contratação.

10.4.5. Juntamente com a proposta de preços, a licitante deverá apresentar a declaração de que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, e os certificados e/ou declarações exigidos no presente Termo de Referência, bem como que a licitante possui suporte administrativo, aparelhamento e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para a execução do objeto desta licitação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 11.1.7. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda.
- 11.1.8. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.
- 11.1.9. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência.
- 11.1.10. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.
- 11.1.11. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.
- 11.1.12. A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 11.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicável.
- 11.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 11.1.17. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 11.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 11.1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. **A CONTRATADA obriga-se a:**

- 11.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 11.2.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 11.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.2.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

11.2.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.2.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.2.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.2.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.2.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

11.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.2.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.2.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

11.2.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

11.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

11.2.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

11.2.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

11.2.21. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

11.2.22. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.2.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.2.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

11.2.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.2.27. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação.

11.2.28. Zelar pela perfeita execução dos serviços.

11.2.29. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo de Referência.

11.2.30. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.

11.2.31. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto.

11.2.32. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

11.2.33. Entregar os serviços nos prazos e condições especificados.

11.2.34. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

11.2.35. Adotar medidas de segurança da informação para proteção dos dados armazenados ou processados na plataforma.

11.2.36. Disponibilizar ao CRA-RS, ao término do contrato, a exportação dos dados e relatórios gerados durante a execução contratual.

11.2.37. Garantir que os benefícios, descontos ou vantagens divulgados na plataforma estejam vigentes e correspondam às condições efetivamente praticadas pelos parceiros.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação é de R\$4.367,22 (quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos) mensais, perfazendo o montante global estimado de R\$52.406,63 (cinquenta e dois mil quatrocentos e seis reais e sessenta e três centavos) para o período de 12 (doze) meses de vigência contratual.

12.2. 12.2 A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada pela Administração, mediante consulta a fornecedores do ramo e análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.

12.3. 12.3 O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo disponibilização da plataforma, manutenção, suporte técnico e demais despesas relacionadas à prestação do serviço.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRA-RS, o qual será atendido através da seguinte dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.04.022 - Serviços Técnicos Especializados.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após aprovação do Orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, na hipótese de alteração na dotação orçamentária a ser utilizada.

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
CRA-RS nº 30370
Superintendente Executiva do CRA-RS

GABRIELA
GONCALVES
SANCHES:004309010
97

Assinado de forma digital
por GABRIELA GONCALVES
SANCHES:00430901097
Dados: 2026.03.16 14:19:04
-03'00'



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches, Superintendente Executivo(a)**, em 14/03/2026, às 23:05, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3918733** e o código CRC **9D302213**.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP-BENS E SERV. Nº 19/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.003539/2025-64

Referência Legal:

- a) Lei nº 14.133 DE 1º/04/2021 e suas alterações;
- b) Instrução Normativa SEGES nº 65/2021
- c) DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES E DISPOSIÇÕES QUE PORVENTURA DEVAM CONSTAR NO EDITAL DE LICITAÇÃO, SEUS ANEXOS E/OU NO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

1. OBJETO

1.1. Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e intermediação de Clube de Benefícios, mediante disponibilização de plataforma tecnológica na modalidade Software como Serviço (SaaS), destinada aos profissionais registrados e empregados do CRA-RS, com suporte para até 15.000 (quinze mil) usuários, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

1.2. A solução será fornecida na modalidade SaaS (Software como Serviço), incluindo suporte, manutenção, garantia de atualização de versões, além de serviços de parametrização, consultoria, capacitação e treinamento. Também será disponibilizado suporte técnico para auxiliar no processo de implantação, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação proposta está em consonância com o planejamento estratégico do CRA-RS, reforçando o compromisso da Autarquia com a valorização dos profissionais da Administração e a ampliação da visibilidade institucional. A iniciativa também promove a inovação prevista no Plano Estratégico, ao viabilizar uma plataforma de benefícios que oferece condições diferenciadas para aquisição de bens e serviços pelos registrados. Além disso, o fortalecimento do vínculo com os profissionais facilita a comunicação, o engajamento e a divulgação das ações e campanhas do Conselho.

2.2. O clube de benefícios também tem como objetivo atuar como uma política pública de combate à inadimplência e à perda de receitas do Conselho. Nesse contexto, a implementação de uma plataforma segura, ágil e de fácil utilização visa conscientizar e engajar o público-alvo do CRA-RS, oferecendo uma espécie de "contraprestação" institucional para aqueles que estiverem em dia com suas obrigações legais. O objetivo é criar e disponibilizar benefícios a um conjunto de bens e serviços de mercado, abrangendo diversos segmentos (vestuário, alimentação, viagens, cultura, educação, bens de consumo, etc.), como medida de incentivo.

2.3. A disponibilização de plataformas digitais de benefícios corporativos é prática consolidada em organizações públicas e privadas, sendo instrumento de valorização institucional e de ampliação de vantagens aos usuários sem geração direta de custos individuais.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

3.1. A contratação está alinhada com os instrumentos de planejamento do CRA-RS e prevista no Plano de Contratações Anual 2026 do CRA-RS, o qual está disponibilizado no sitio eletrônico oficial do órgão.

3.2. A contratação está alinhada a perspectiva estratégica: Clientes

3.3. Objetivo: Incentivar de desenvolver projetos inovadores voltados aos profissionais de Administração.

3.4. Estratégia: Promover a integração com as Instituições de Ensino Superior (IES) e empresas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Prestação de serviços para gestão e intermediação de negócios entre empresas parceiras e profissionais registrados no CRA-RS, por meio de plataforma web e aplicativo mobile (Clube de Benefícios).

4.2. Capacidade de atendimento: até 15.000 usuários por 12 (doze) meses, podendo ser renovado.

4.3. Plataforma web e mobile personalizada com identidade visual do CRA-RS (white label).

4.4. Integração com sistemas e aplicativos do Conselho.

4.5. Possuir compatibilidade com os principais navegadores/sistemas operacionais atualmente utilizados no mercado: Mozilla Firefox, Safari, Google Chrome, Microsoft Edge, iOS e Android.

4.6. Recursos: cashback, gift card, controle de acesso, API, notificações push e e-mail, relatórios e dashboards mensais.

4.7. Suporte técnico via e-mail, WhatsApp e telefone em horário comercial.

4.8. Painel administrativo e relatórios estratégicos sobre adesões e consumo.

4.9. Ferramenta de wallet digital destinada exclusivamente ao registro e gerenciamento de créditos oriundos de programas de cashback, permitindo ao usuário solicitar o resgate dos valores por meio de transferência eletrônica ou outro meio disponibilizado pela plataforma.

4.10. Busca por geolocalização, categorias personalizadas e campanhas de marketing.

4.11. Sistema inclusivo, com acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência.

4.12. Prospeção e gestão de parceiros (mínimo 3.000 marcas com desconto ou cashback).

4.13. Participação em eventos do CRA-RS para divulgação dos benefícios.

4.14. Disponibilidade 24h/7 dias e armazenamento em nuvem segura (CDN).

4.15. Adequação integral à LGPD, com política de privacidade e termo de uso.

4.16. Comunicação via HTTPs e conformidade com PSI, Plano de Continuidade e Resposta a Incidentes.

4.17. Notificação ao CRA-RS em até 24 horas em caso de incidente de segurança.

4.18. Designação de gerente de conta responsável por garantir apoio profissional ao CRA-RS realizando toda a interface das áreas designadas pelo CRA-RS, reuniões iniciais de apresentação e treinamento para os funcionários designados pelo Conselho e recepção de demandas de ajuste e melhoria do projeto, sempre com o objetivo de aumentar a adesão e a satisfação dos usuários.

4.19. Relatórios periódicos com indicadores de adesão, cashback e desempenho.

4.20. Garantia de resgate de créditos pelos usuários antes do encerramento do contrato.

4.21. O serviço deverá ser realizado de forma online e continuada.

4.22. A plataforma de Clube de Benefícios a ser disponibilizada deverá contemplar, no mínimo, 3.000 (três mil) marcas parceiras que ofereçam descontos ou cashback aos usuários.

4.23. Disponibilização de empresa especializada em serviços de telemedicina, bem como oferta de descontos para adesão a planos de saúde com cobertura no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Porto Alegre;

4.23.1. A comprovação do atendimento a esse requisito será exigida apenas do fornecedor classificado em primeiro lugar, mediante apresentação de relação das marcas cadastradas, contendo, no mínimo, nome empresarial, CNPJ e endereço, previamente à adjudicação ou à assinatura do

contrato.

4.23.2. A exigência de disponibilização de, no mínimo, 3.000 (três mil) marcas parceiras justifica-se pela necessidade de assegurar a abrangência territorial, a diversidade de segmentos e a efetiva utilidade do Clube de Benefícios aos profissionais registrados no CRA-RS, distribuídos em diferentes localidades e perfis de consumo. O quantitativo estabelecido é compatível com práticas adotadas por plataformas consolidadas no mercado e mostra-se proporcional ao objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, mas requisito mínimo de qualidade para garantir a atratividade e a efetividade da solução contratada.

4.24. Respeitar e fazer respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, não podendo ter acesso a qualquer informação que não seja consentida pelo usuário.

4.25. A contratada deve ser do ramo do objeto e estar em dia com as obrigações fiscais.

4.26. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrão de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência. Os serviços e bens que serão contratados são facilmente encontrados no mercado local e já são amplamente utilizados em outras instituições. Não existindo restrição de fornecedores.

4.27. Trata-se de serviço comum a ser contratado mediante licitação na modalidade pregão ou dispensa com disputa, em sua forma eletrônica.

4.28. **Sustentabilidade**

4.29. A CONTRATADA deverá obedecer os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, além de atender o requisitos que baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que se adequem à presente contratação.

4.30. **Subcontratação**

4.31. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.32. **Garantia da contratação**

4.33. Nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é facultativa e deve ser devidamente justificada. Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço de natureza predominantemente digital, sem fornecimento de bens, sem investimentos relevantes por parte da Administração e com baixo risco operacional e financeiro, entende-se desnecessária a exigência de garantia contratual. Assim, opta-se pela não exigência de garantia, por medida de proporcionalidade e adequação ao objeto.

4.34. **Vistoria**

4.35. Considerando que o objeto envolve serviço de natureza predominantemente digital, sem execução presencial ou intervenção em instalações do CRA-RS, não se justifica a exigência de vistoria prévia.

4.36. **Consórcio**

4.37. É vedada a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto, ainda que apresente complexidade, comprovadamente, por meio de pesquisa mercadológica, poderá ser executado de forma individualizada, por uma única instituição contratada, conferindo maior segurança e confidencialidade aos requisitos envolvidos na contratação.

4.38. **Documentos de Habilitação**

4.39. Habilitação Jurídica:

4.40. Ato constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário);

4.41. Todas as alterações ou consolidação do Ato Constitutivo;

4.42. Procuração dos respectivos representantes nas licitações;

4.43. Documentos dos Sócios;

4.44. Documentos do Representante Legal;

- 4.45. Prova de Administração ou Diretoria (depende do tipo empresarial).
- 4.46. **Habilitação Técnica**
- 4.47. Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional (emitido por empresa privada ou órgão governamental).
- 4.48. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 4.49. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 4.50. Documento que comprova inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica (expedidos pela Secretaria da Receita Federal);
- 4.51. Inscrição Estadual e Inscrição Municipal;
- 4.52. Certidão negativa de débitos Trabalhistas;
- 4.53. Certidão negativa de débitos do INSS;
- 4.54. Certidão negativa de débitos do FGTS (solicitada através da Caixa Econômica Federal ou pelo site da Caixa, com validade de 30 dias);
- 4.55. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (emitida pela Receita Federal, com validade de 180 dias, ou pelo site de 30 dias);
- 4.56. Certidão negativa de débitos estaduais (emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda, com validade de 90 dias);
- 4.57. Certidão negativa de débitos municipais (emitida pela Secretaria de Estado Municipal da sua cidade).
- 4.58. **Econômico-financeira**
- 4.59. Certidão Negativa de Falência, Concordata e de execução patrimonial

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E PREÇOS

| Serviço | Valor Mensal | Quantidade de meses | Valor total |
|---|--------------|---------------------|--------------|
| Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados à aquisição de uma plataforma digital para Gestão de Clube de Benefícios e Vantagens, destinada aos funcionários e profissionais registrados no CRA-RS com suporte para até 15.000 usuários pelo período de 12 (doze) meses. | R\$4.367,22 | 12 | R\$52.406,63 |

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 6.1. Com o objetivo de identificar a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade institucional do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, foram avaliadas diferentes possibilidades de solução disponíveis no mercado e no âmbito institucional, considerando critérios como viabilidade técnica, prazo de implementação, custos envolvidos, riscos operacionais e capacidade de atendimento da demanda.
- 6.2. A partir dessa análise preliminar, foram identificadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade:
- a) Desenvolvimento interno de plataforma própria;
 - b) Estabelecimento de parcerias sob demanda, mediante negociação direta com empresas interessadas;
 - c) Contratação de solução tecnológica disponibilizada na modalidade Software como Serviço (SaaS), contemplando infraestrutura tecnológica, suporte técnico, manutenção evolutiva e

corretiva, atualizações de versões, além de serviços de parametrização, implantação, consultoria, capacitação e treinamento.

6.3. Desenvolvimento interno de plataforma própria:

6.4. A alternativa de desenvolvimento interno de uma plataforma tecnológica própria foi analisada, porém mostrou-se tecnicamente e economicamente inviável para o atendimento da demanda.

6.5. A implementação dessa solução exigiria a constituição ou ampliação de equipe técnica especializada em desenvolvimento de software, bem como a disponibilização de infraestrutura tecnológica dedicada, incluindo servidores, ambiente seguro de hospedagem, mecanismos de proteção de dados, ferramentas de monitoramento, além da realização contínua de manutenção corretiva e evolutiva do sistema.

6.6. Adicionalmente, essa alternativa implicaria prazo elevado para desenvolvimento, testes, homologação e implementação da solução, o que retardaria a disponibilização do serviço aos profissionais registrados.

6.7. Outro fator relevante refere-se ao custo total de propriedade da solução, que incluiria investimentos em desenvolvimento, infraestrutura tecnológica, segurança da informação, suporte técnico e manutenção permanente, resultando em custos significativamente superiores quando comparados às soluções tecnológicas prontas disponíveis no mercado.

6.8. Diante desses aspectos, conclui-se que o desenvolvimento interno da solução não se apresenta como alternativa eficiente ou economicamente vantajosa para o atendimento da necessidade institucional identificada.

6.9. Estabelecimento de parcerias sob demanda

6.10. A alternativa de estabelecimento de parcerias sob demanda, mediante negociação direta com empresas interessadas em ofertar benefícios aos profissionais registrados, também foi considerada durante a análise.

6.11. Entretanto, esse modelo pressupõe a realização de negociações individualizadas com cada empresa parceira, sem garantia de disponibilidade imediata de uma base estruturada e diversificada de fornecedores.

6.12. Essa dinâmica tende a resultar em processo mais lento de expansão da rede de parceiros, além de exigir maior esforço administrativo para prospecção, formalização, acompanhamento e manutenção das parcerias firmadas.

6.13. Além disso, a ausência de uma plataforma tecnológica estruturada pode limitar a experiência do usuário, dificultando a divulgação, o acesso e o acompanhamento dos benefícios disponibilizados aos profissionais registrados.

6.14. Dessa forma, essa alternativa não se mostra adequada para atender, de forma eficiente e escalável, à necessidade identificada neste estudo.

6.15. Contratação de solução tecnológica na modalidade SaaS:

6.16. A alternativa de contratação de solução tecnológica disponibilizada na modalidade Software como Serviço (SaaS) apresenta-se como a opção mais adequada para atendimento da necessidade identificada, considerando as vantagens técnicas e operacionais associadas a esse modelo.

6.17. Nesse formato, a solução é disponibilizada por fornecedor especializado, que se responsabiliza pela infraestrutura tecnológica, hospedagem, segurança da informação, suporte técnico, manutenção e atualização contínua da plataforma.

6.18. Entre os principais benefícios dessa alternativa destacam-se:

I) implantação em prazo reduzido, em razão da utilização de solução tecnológica já desenvolvida e consolidada no mercado;

II) dispensa de investimentos em infraestrutura própria de tecnologia da informação;

III) garantia de suporte técnico, manutenção contínua e atualizações evolutivas da plataforma;

IV) possibilidade de customização da solução com a identidade institucional do CRA-RS;

V) disponibilização de rede ampliada de empresas parceiras e benefícios previamente estruturados;

VI) oferta de funcionalidades voltadas à gestão de benefícios, acompanhamento de transações e interação com os usuários;

VII) melhor relação custo-benefício, considerando o modelo de contratação baseado em prestação de serviço.

6.19. Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação de solução na modalidade SaaS representa a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa, permitindo a rápida disponibilização do serviço aos profissionais registrados, com menor complexidade operacional e maior eficiência na gestão da plataforma.

6.20. Análise de solução institucional existente no Sistema CFA/CRAs:

6.21. Durante o levantamento de soluções disponíveis, foi identificada a existência da Plataforma ADM+, sistema digital desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração para utilização no âmbito do Sistema CFA/CRAs.

6.22. A referida plataforma possui como finalidade institucional centralizar, padronizar e conferir maior transparência à gestão de convênios e parcerias firmadas com empresas, as quais ofertam benefícios aos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Administração.

6.23. Por meio da Plataforma ADM+, empresas interessadas podem solicitar credenciamento mediante formulário eletrônico, com envio de informações cadastrais e documentação comprobatória, que posteriormente são analisadas pelo Conselho Regional competente.

6.24. No modelo de governança da ferramenta, compete aos Conselhos Regionais de Administração a gestão e homologação de convênios de abrangência municipal ou estadual, enquanto o Conselho Federal de Administração é responsável pela gestão dos convênios de abrangência nacional ou interestadual.

6.25. Entretanto, a análise funcional da plataforma demonstra que sua finalidade está voltada predominantemente à gestão administrativa e institucional dos convênios, concentrando-se no registro, tramitação e acompanhamento formal das parcerias.

6.26. A solução pretendida na presente contratação possui escopo distinto, uma vez que visa disponibilizar uma plataforma digital de benefícios e relacionamento diretamente voltada aos profissionais registrados no CRA-RS, contemplando funcionalidades operacionais como acesso facilitado a ofertas, interação com empresas parceiras e gestão de benefícios.

6.27. Dessa forma, conclui-se que a Plataforma ADM+ não atende integralmente à necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar, motivo pelo qual a contratação de solução específica para o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul mostra-se necessária e adequada.

6.28. Ressalta-se, ainda, que a contratação pretendida não substitui nem gera sobreposição à solução institucional existente, podendo coexistir de forma complementar no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Sistema CFA/CRAs, observando-se as disposições da Lei nº 13.709/2018 quanto ao tratamento de dados pessoais eventualmente envolvidos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem por objetivo disponibilizar uma plataforma digital destinada à gestão do **Clube de Benefícios** voltado aos profissionais registrados no CRA-RS, fornecida na modalidade **SaaS (Software as a Service)**.

7.2. Caberá à contratada disponibilizar, operar e manter toda a infraestrutura tecnológica necessária à prestação do serviço, incluindo, mas não se limitando a: licenças de uso de softwares de terceiros, servidores, sistemas operacionais, banco de dados dedicado para armazenamento das informações, mecanismos de cópia de segurança (backup), conectividade, bem como recursos de segurança da informação, tais como antivírus, firewall e demais ferramentas necessárias ao pleno e seguro funcionamento da solução, garantindo níveis adequados de disponibilidade, integridade e

confidencialidade das informações.

7.3. Considerando que a solução consiste na disponibilização de uma plataforma de Clube de Benefícios destinada aos usuários vinculados ao CRA-RS, torna-se necessária a oferta de uma rede ampla e diversificada de estabelecimentos ou empresas parceiras, de modo a assegurar a efetiva utilidade da ferramenta e ampliar as possibilidades de acesso a descontos e vantagens pelos usuários.

7.4. Nesse sentido, estabelece-se a exigência de quantitativo mínimo de parceiros disponíveis na plataforma, de forma a garantir diversidade de categorias de consumo, abrangência territorial em nível nacional e maior atratividade do serviço aos profissionais registrados.

7.5. A definição desse quantitativo mínimo tem por finalidade assegurar a efetividade da política de benefícios ofertada pelo CRA-RS, evitando a contratação de soluções que apresentem rede restrita de parceiros, o que poderia comprometer o alcance dos objetivos institucionais da contratação.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da presente contratação de que trata este Termo de Referência, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.022 - Serviços Técnicos Especializados.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando as especificidades da prestação de serviços a ser contratada, a não possibilidade de parcelamento da contratação se justifica pelos seguintes motivos:

9.2. **Natureza dos Serviços:** A contratação se refere a serviços especializados e contínuos que requerem a execução integral e ininterrupta para o cumprimento de objetivos específicos e prazos estabelecidos. O parcelamento da contratação dificultaria o acompanhamento da qualidade e a continuidade do serviço, comprometendo a eficiência e a eficácia da execução contratual.

9.3. **Vinculação à Execução Integral:** A execução do objeto contratado está diretamente relacionada a uma entrega contínua e sem fracionamento. Qualquer tentativa de parcelamento comprometeria a eficiência na execução e o atendimento adequado às necessidades previstas no Termo de Referência.

9.4. **Capacidade Técnica e Gerencial:** A contratação exige uma gestão única e especializada, que garanta a coordenação de todas as etapas do serviço de forma eficiente. A fragmentação do contrato em parcelas comprometeria o controle administrativo e gerencial, dificultando a monitorização e avaliação do serviço prestado.

9.5. **Unicidade do Objeto:** O serviço a ser contratado é único e indivisível, com escopo e requisitos claramente definidos. A divisão da contratação em parcelas não se aplicaria ao objeto, pois seria impraticável e não traria benefícios econômicos ou operacionais.

9.6. **Impossibilidade de Substituição Parcial:** Em muitos casos, os serviços envolvidos exigem que sejam executados de forma contínua e com o mesmo padrão de qualidade. O parcelamento poderia resultar na alteração dos termos de execução e até na mudança de prestadores, o que prejudicaria a qualidade final do serviço prestado.

9.7. **Eficiência e Conformidade com a Legislação:** A contratação sem parcelamento visa garantir a economicidade, eficiência e a melhor utilização dos recursos públicos, além de estar em conformidade com a legislação vigente, que exige que a contratação seja realizada de forma compatível com as necessidades da administração.

9.8. Dessa forma, fica evidenciado que o parcelamento da contratação não se apresenta como a melhor solução para atender às necessidades do contrato e garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados. A contratação deverá ser realizada em uma única fase, conforme as condições e exigências definidas no Termo de Referência.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas, sem prejuízo de sua efetiva implementação após a formalização contratual:

- a) designação do gestor e do fiscal do contrato;
- b) definição dos usuários institucionais autorizados a interagir com a plataforma;
- c) planejamento da parametrização inicial da plataforma, conforme os requisitos definidos;
- d) definição e validação da identidade visual institucional a ser aplicada na solução contratada.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Considerando a natureza predominantemente digital da solução a ser contratada, cuja execução ocorrerá por meio de plataforma eletrônica, sem necessidade de infraestrutura física dedicada, deslocamentos frequentes ou consumo significativo de insumos materiais, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos. A solução contribui, ainda, para a diminuição do uso de papel e de recursos físicos, estando alinhada aos princípios da sustentabilidade e da eficiência na utilização dos recursos públicos.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Diante da fundamentação exposta neste documento, constata-se viável esta contratação. Este Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a contratação da solução para gestão e intermediação para Clube de Benefícios por meio de plataforma informatizada, que permita às pessoas jurídicas oferecerem bens e serviços com descontos exclusivos, para profissionais registrados no CRA-RS e funcionários do CRA-RS com suporte para até 15 mil usuários pelo período de 12 (doze) meses, mostra-se viável tecnicamente e necessária, condicionada à aprovação do Vice-Presidente Administrativo.

Adm. Jéssica Souza Gazzana e Silva
CRA-RS 56.419

Assessora Técnica Superintendência Executiva

Documento assinado digitalmente
gov.br JESSICA SOUZA GAZZANA E SILVA
Data: 10/03/2026 17:37:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
CRA-RS nº 30370

Superintendente Executiva do CRA-RS

GABRIELA
GONCALVES
SANCHES:0043
0901097
Assinado de forma
digital por GABRIELA
GONCALVES
SANCHES:00430901097
Dados: 2026.03.10
17:34:00 -03'00'



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches, Superintendente Executivo(a)**, em 10/03/2026, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Souza Gazzana e Silva, Assessor(a) Técnico(a)**, em 10/03/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3863523** e o código CRC **65EE4797**.



MINUTA TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2026
PROCESSO SEI Nº 476910.003539/2025-64

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, Autarquia Federal da Administração Indireta regulamentada pela Lei nº 4.769/1965, inscrita no CNPJ sob o nº 92.913.318/0001-81, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1030, Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre/RS, neste ato representado por seu Presidente Adm. Flávio Cardozo de Abreu, nomeado pela Ata de Posse nº 005/2025, de 13 de Janeiro de 2025, inscrito no CPF sob nº 542.XXX.200-82.

CONTRATADA: XXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxx, Bairro XX, em XXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXX, por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXXXX.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90005/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e intermediação de Clube de Benefícios, mediante disponibilização de plataforma tecnológica no modelo Software como Serviço (SaaS), acessível via web e aplicativo móvel, destinada à oferta de descontos, vantagens e benefícios em bens e serviços aos profissionais registrados e empregados do CONTRATANTE, nas condições estabelecidas na proposta da CONTRATADA, no Termo de Referência e seus anexos.
- 1.2** A solução deverá contemplar a integração com empresas parceiras, bem como possibilitar a gestão administrativa, monitoramento e acompanhamento dos resultados pelo CONTRATANTE.
- 1.3** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1** O Edital de licitação;
 - 1.3.2** A proposta atualizada da CONTRATADA;
 - 1.3.3** O Termo de Referência e seus anexos; e
 - 1.3.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4** Em caso de divergência ou conflito entre as disposições deste contrato e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 2.1** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite legal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.
- 2.3** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 A execução dos serviços terá início em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, mediante reunião inicial de alinhamento, e compreenderá, no mínimo:

- 3.1.1.** implantação e customização da plataforma;
- 3.1.2.** disponibilização e operação do serviço;
- 3.1.3.** manutenção evolutiva e suporte técnico;
- 3.1.4.** transição e encerramento contratual com tratamento adequado dos dados.

3.2 Os serviços serão prestados de forma integralmente on-line, com disponibilidade de 24h por dia, 7 dias por semana.

3.3 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão e entrega, são os indicados neste contrato e no Termo de Referência, o qual é parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

3.4 A execução deverá observar os níveis mínimos de serviço previstos no item 5.29 do Termo de Referência, especialmente quanto à disponibilidade da plataforma, tempo de resposta do suporte técnico, qualidade dos serviços, e condições operacionais definidos no Termo de Referência, que integra este contrato como parte indissociável.

3.5 A execução será acompanhada por indicadores de desempenho definidos no Termo de Referência, incluindo disponibilidade, utilização da plataforma, adesão de usuários e desempenho da rede de parceiros.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar plataforma tecnológica com, no mínimo:

- a)** acesso via web e aplicativo móvel;
- b)** integração por API;
- c)** controle de acesso e gestão de usuários;
- d)** rede mínima de 3.000 parceiros ativos;
- e)** funcionalidades de descontos, cashback e benefícios;
- f)** dashboards e relatórios gerenciais;
- g)** suporte técnico multicanal.

4.2 A plataforma deverá suportar até 15.000 (quinze mil) usuários, sem garantia de consumo mínimo.

5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1.1 O valor total da contratação é de R\$ XXXX, conforme proposta da CONTRATADA, a qual é parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de sua



transcrição.

- 6.1.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.2 FORMA DE PAGAMENTO

- 6.2.1** O valor contratual será pago em 12 (doze) parcelas mensais, estando condicionado ao ateste da execução dos serviços, à disponibilidade da plataforma e à regularidade fiscal da contratada.
- 6.2.2** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item 7.6 do Termo de Referência.
- 6.2.3** As demais condições referentes à forma de pagamento encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante e complementar deste contrato.
- 6.2.4** A CONTRATADA deverá informar previamente ao CONTRATANTE seus dados bancários, obedecendo os prazos constantes na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 6.2.5** Considera-se ocorrido o recebimento e aceite da nota fiscal quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato, a partir do qual passará a contar o prazo para a realização do pagamento constante nesta cláusula;
- 6.2.6** Havendo erro na nota fiscal, fatura e/ou documento de cobrança, o pagamento não será efetuado até que a CONTRATADA a retifique, período esse em que também não haverá incidência de correção monetária ou juros sobre o valor dela.

6.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.3.1** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 6.3.2** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.3.3** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 6.3.4** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 6.3.5** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.3.6** Na hipótese de a CONTRATADA ser regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.3.7** A unidade de medição da execução contratual será a disponibilização mensal da plataforma em pleno funcionamento, nos termos do item 7.2.1 do Termo de Referência.
- 6.3.8** Poderá haver retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada



na execução, conforme item 7.3 do Termo de Referência.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REEQUILIBRIO

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data de assinatura do presente contrato.

7.2 Após 12 (doze) meses e, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 Será assegurado o equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

8.1.5 Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

8.1.6 Todas as demais obrigações constantes no Termo de Referência, o qual é parte integrante e complementar do presente instrumento.

8.2 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, além das previstas em lei e no Termo de Referência:

- 9.1.1.** Disponibilizar e manter a plataforma em pleno funcionamento;
- 9.1.2.** Garantir suporte técnico contínuo;
- 9.1.3.** Manter rede mínima de parceiros durante toda a vigência;
- 9.1.4.** Realizar manutenção corretiva e evolutiva;
- 9.1.5.** Disponibilizar gerente de conta;
- 9.1.6.** Apresentar relatórios mensais de desempenho;
- 9.1.7.** Garantir segurança da informação e conformidade com a LGPD;
- 9.1.8.** Comunicar incidentes de segurança em até 24 horas;
- 9.1.9.** Assegurar mecanismos de cashback e wallet digital;
- 9.1.10.** Realizar treinamentos e ações de engajamento.
- 9.1.11.** Cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, no Edital, Termo de Referência e em sua proposta comercial e demais anexos porventura existentes, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.1.12.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, da lei 14.133/2021;
- 9.1.13.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 9.1.15.** Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique durante a execução dos serviços.
- 9.1.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação no processo de contratação.
- 9.1.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



9.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.1.21. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.21.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.21.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.21.3 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.21.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.21.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.23 Garantir, durante toda a vigência contratual, a atualização contínua da solução contratada, incluindo correções, melhorias, upgrades e demais atualizações disponibilizadas pelo fabricante, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.

9.1.24 O suporte técnico deverá ser prestado de forma contínua, observando os prazos, níveis de atendimento e condições definidos no Termo de Referência, assegurando a plena operacionalidade da solução contratada.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 A CONTRATADA deverá, ainda:

10.6.1 tratar os dados pessoais exclusivamente para a execução do contrato;

10.6.2 obter consentimento dos usuários quando necessário;

10.6.3 adotar medidas de segurança da informação;

10.6.4 comunicar incidentes em até 24 horas;

10.6.5 excluir ou anonimizar os dados ao término do contrato.

10.7 É vedado o uso dos dados para finalidades diversas do objeto contratual.



11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 11.2** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 11.3** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 11.4** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.5** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.6** Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1** Conforme art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato pode ser:
- 12.1.1** Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 12.1.2** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE.
- 12.1.2.1** A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 12.2** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.3** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado.
- 12.3.1** Quando a não conclusão do contrato, referida no item anterior, decorrer de culpa da CONTRATADA:
- a)** Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções



administrativas; e

- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Das indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas para atender a este contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício, conforme abaixo:

- 6.2.2.1.1.01.04.04.022 – Serviços Técnicos Especializados

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, fica definida que a fiscalização deste contrato por parte do CONTRATANTE será exercida por funcionário previamente designado pela Administração.

14.2 Na ausência desta, será exercida pelos colaboradores designados por esta Administração por meio de Portaria.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei 14.133/2021.

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO



17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REGRAS ANTICORRUPÇÃO

18.1 A CONTRATADA não aceita ou tampouco admite que seja oferecido qualquer pagamento, comissão, doação, compensação, entrega e/ou promessa de pagamento, direto ou indireto, de dinheiro, bens, vantagens, benefícios a órgãos ou repartições públicas, cartórios, candidatos, partidos políticos, juízes, desembargadores ou a qualquer agente público ou político.

18.2 A CONTRATADA não financia ou tampouco admite que seja de qualquer forma subvencionada a prática de atos ilícitos, com ou sem a finalidade de obter vantagens para si ou para o CONTRATANTE.

18.3 O CONTRATANTE desde já se declara ciente e concorda que são práticas inaceitáveis na relação ora estipulada: (i) todo e qualquer tipo de discriminação, quer de cunho econômico, social, político, de cor, de raça, de sexo ou de religião; (ii) pagamento ou recebimento de propina de qualquer espécie; (iii) recebimento ou pagamento de brindes, presentes ou favores de natureza não promocional, que não respeitem as melhores práticas legais e morais, com vistas à obtenção ou concessão de privilégios indevidos; e (iv) atos que causem danos aos interesses éticos da CONTRATADA ou de terceiros, do governo, de clientes ou tragam prejuízos diretos ou indiretos; (v) exercer influência indevida sobre qualquer autoridade pública; (vi) induzir qualquer autoridade pública a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, infringindo as suas atribuições legais.

18.4 A CONTRATADA compromete-se a não violar qualquer lei, norma e/ou regulamento nacional ou internacional anticorrupção, em especial, o disposto na Lei n.º 12.846/2013.

18.5 No caso de se verificar a prática de qualquer ato lesivo, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – INTEGRIDADE

19.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA declaram não utilizar, em nenhuma de suas atividades mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, das convenções da OIT e dos Princípios Orientadores da ONU ou tampouco de mão-de-obra escrava ou análoga, comprometendo-se a envidar esforços para que as referidas medidas sejam adotadas também nos contratos firmados com os demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

19.2 Também declaram combater qualquer forma de exploração sexual de crianças ou adolescentes e a não promover ação ou divulgação de material promocional que estimule as referidas práticas, bem como se comprometem a envidar esforços para que referida medida seja adotada nos contratos firmados com os seus demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

19.3 Declaram rejeitar qualquer prática discriminatória para acesso à relação de emprego ou sua manutenção e/ou relacionamentos comerciais e sociais, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil ou idade.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO

20.1 A CONTRATADA deverá, previamente ao encerramento do contrato:

20.1.1 garantir prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que os usuários realizem o resgate ou



utilização de créditos eventualmente existentes na plataforma, conforme item 5.30 do Termo de Referência;

- 20.1.2** promover a exclusão ou anonimização dos dados pessoais tratados no âmbito da execução contratual, nos termos do item 5.31 do Termo de Referência e da legislação de proteção de dados.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS

- 21.1** Este instrumento será regido de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil e é assinado eletronicamente pelas partes, garantindo-se a autoria e integridade das assinaturas eletrônicas nele constantes nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e demais leis e normas aplicáveis a essa modalidade de assinatura.
- 21.2** As partes expressamente indicam e reconhecem que os signatários possuem plenos poderes para assinar em nome das Partes, assim como declaram que os nomes e e-mails correspondem aos signatários das Partes, portanto, com a forma de assinatura deste instrumento, ainda que em plataforma eletrônica, será válido para todos os fins e efeitos de direito.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

- 22.1** As partes elegem o Foro da Justiça Federal, da Circunscrição de Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato.
- 22.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Porto Alegre, datado e assinado eletronicamente.

Adm. FLÁVIO CARDOZO DE ABREU
Conselheiro Presidente
CRA-RS nº 20.904

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Conselho Regional de Administração do Estado do Rio Grande do Sul – CRA-RS
CNPJ: 92.913.318/0001-81

| | | |
|-------------------------------|-------------------|-------|
| RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: | | CNPJ: |
| FONE: () | E-MAIL: | |
| RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA: | | |
| Nº DO BANCO: | BANCO: | |
| Nº DA AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE Nº | |

Objeto: Prestação de serviços de disponibilização, gestão e intermediação de Clube de Benefícios por meio de plataforma tecnológica em modelo SaaS.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | QUANT MÁXIMA DE USUÁRIOS | VALOR MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) 12 meses |
|-------------------------|---|-------------------|------------|--------------------------|--------------------|-------------------------------------|
| 1 | Prestação de serviços de disponibilização, gestão e intermediação de Clube de Benefícios por meio de plataforma tecnológica em modelo SaaS. | Mês | 12 | Até 15.000 (quinze mil) | R\$ | R\$ |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA | | R\$ | | | | |

Nos valores indicados nesta proposta estão incluídos todos os impostos, seguros, transporte, taxas e quaisquer outros encargos pertinentes à execução contratual.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Datado e assinado eletronicamente.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA COM CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL